

NOVO PROGRAMA DE SOCIOLOGIA: SABERES SOCIOLÓGICOS NO ENSINO SECUNDÁRIO

**Ana Maria Ribeiro
Rosa Moínhos**

INTRODUÇÃO

O principal objectivo desta comunicação é apresentar a proposta de programa para a disciplina de Sociologia, integrada na Revisão Curricular, proposta esta que não constitui um programa completamente novo, dado que o Ministério da Educação apenas solicitou um “reajustamento” do programa actual - na medida em que a disciplina já existe no currículo do Ensino Secundário e em condições semelhantes às que estão previstas, como disciplina de opção do 12º ano. Iremos começar por uma análise do programa actualmente em vigor, o que nos permitirá equacionar o quadro geral em que se insere a proposta da sua revisão, para, finalmente, nos determos na apresentação dessa mesma proposta.

I

A inserção da disciplina de Sociologia, com o formato que presentemente conhecemos, ocorreu no contexto da Reforma definida pelo Decreto-Lei n.º 286/89 de 29 de Agosto, que entrou em vigor no ano lectivo de 1993/94 e que neste momento é objecto de revisão curricular.

De acordo com esta estrutura curricular, a Sociologia figura como uma disciplina de opção dos Cursos de Carácter Geral, dos II, III e IV Agrupamentos, leccionada no 12º ano com a carga horária de 3 aulas semanais, de cinquenta minutos cada. Por outro lado, a sua natureza de disciplina da Formação Específica, leccionada no ano terminal do ciclo, torna-a objecto de Exame Final Nacional, de acordo com o Despacho Normativo N.º 338/93 de 21 de Outubro, que estabelece o modelo de avaliação para o Ensino Secundário.

Esta referência aos Exames justifica-se plenamente, como veremos adiante; se é verdade que o programa de uma disciplina constitui o elemento estruturante das práticas pedagógicas, ao condicionar directamente as aprendizagens dos alunos e o trabalho dos professores, é preciso não esquecer outros elementos, dos quais se destaca o modelo de avaliação - que de uma maneira ou de outra, acaba por exercer a sua influência, sobre as práticas pedagógicas e desse modo relacionar-se com o programa.

O actual programa, em vigor desde 1995, é constituído por quatro partes temáticas:

- I – Introdução ao estudo da sociologia;
- II – O funcionamento das sociedades;
- III – A reprodução e a mudança social;
- IV – As técnicas de pesquisa sociológica.

Comparando, muito rapidamente, os conteúdos deste, com os do anterior programa, que vigorou desde 1978/79 até 1995, notam-se algumas semelhanças, que não são surpreendentes, dado que continua a tratar-se de uma disciplina anual, com a mesma carga horária; mas verificam-se também algumas inovações, das quais se destacam:

- a) a sua leccionação no 12º ano, quando anteriormente era leccionado nos 10º ou 11º anos;
- b) a redução relativa da sua extensão;
- c) a inclusão da temática da mudança social;
- d) a organização metodológica proposta, centrada no trabalho de projecto.

Acompanham-no algumas reflexões contextualizantes que, em síntese, apontam para a ideia de que a Sociologia pode contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos alunos, como a curiosidade e o gosto pela pesquisa, assim como da “capacidade de análise e compreensão da realidade social,” com vista à sua “participação na vida social de forma activa, crítica e responsável” e “respeitadora das diferenças”; afirma-se que “mais do que transmitir conceitos e teorias, a disciplina de Sociologia deverá contribuir para a formação integral dos alunos”, não apenas ao nível das aquisições cognitivas, mas também ao nível das atitudes e valores.

As sugestões de gestão temporal apresentadas assentavam numa previsão de 105 tempos lectivos, o que foi reconhecido como irrealista pelas OGP, enviadas às escolas em Agosto de 1995; estas OGP propunham uma gestão baseada em 30 semanas ou seja, 90 aulas; este ajustamento, acompanhado de algumas recomendações de que determinados conceitos e temas “não deverão ser aprofundados”, a par de uma reformulação “metodológica” (o “estudo de um caso prático” dá lugar a “um pequeno trabalho de pesquisa”) sugere a consciencialização de que se tratava de um programa excessivamente vasto para cumprir a ambição de articular e integrar os seus diferentes aspectos, através da pedagogia de projecto. A circunstância de ser leccionada apenas no 12º ano poderá contribuir para a *tentação* de mais uma vez se propor um programa demasiado extenso.

Esta parece ser, de resto, a avaliação da generalidade dos professores, de acordo com um estudo de 1996, cujos resultados foram apresentados num anterior encontro, promovido pela APS, sobre “A Sociologia e o Ensino Secundário” - Teresa Seabra, Natalina Rosa e M^a Conceição Antunes, “Os Professores de sociologia, um grupo heterogéneo”. Apesar de, como notam as autoras, este estudo não se poder considerar representativo a nível nacional, não deixa de ser relevante; “o programa é referido como “extenso para três horas semanais, impedindo práticas pedagógicas mais activas”; é proposta a redução do programa “por ser inexecutável” e para que possa ser aprofundada a análise de alguns fenómenos sociais”, sendo por outros proposto “o aumento de tempos lectivos semanais”; Também a relação deste programa com o modelo de avaliação em vigor é objecto de análise; as opiniões dos professores, referidas pelo estudo em questão são de que “a pedagogia de projecto abre perspectivas interessantes mas não é compatível como modelo de avaliação consagrado no Despacho 338” ou “o estudo de um caso prático não é muito adequado ao sistema de avaliação, mas é útil para a formação dos alunos”. E resumo, consideram-no de uma forma geral adequado, mas “as alterações sugeridas passam pela (sua) redução ou o aumento do número de horas lectivas semanais (...), reorganização de alguns conteúdos e alteração do modelo de avaliação (...)”. Somos assim confrontados com as opiniões sobre a importância do modelo de avaliação, principalmente pelas consequências que tem nas práticas pedagógicas, que compreenderemos melhor se tivermos em conta as suas características. Trata-se do modelo instituído pelo Despacho Normativo N.º 338/93 de 21 de Outubro, que impõe a avaliação sumativa, de natureza classificativa, como a principal modalidade de avaliação no ensino secundário. Dos mecanismos instituídos, destaca-se o Exame final nacional, que corresponde à modalidade de avaliação sumativa externa. Se tivermos em conta a obrigatoriedade do cumprimento integral dos programas das disciplinas por ele abrangidas, e dada a importância que estes Exames assumem no actual modelo de avaliação e de acesso ao ensino superior, é compreensível a pressão que os professores sentem, por parte dos diversos agentes – alunos, encarregados de educação, órgãos de gestão das escolas e o próprio ministério.

As autoridades educativas legitimam esta modalidade de avaliação, invocando a necessidade de certificação dos conhecimentos, capacidades e competências dos alunos, quer para o ingresso na vida activa, quer para efeitos de prosseguimento de estudos. Fica esquecido desta “certificação” o domínio das atitudes e valores, introduzido de forma inovadora neste mesmo modelo de avaliação, saindo desvalorizados os objectivos do programa e as aprendizagens que não são directamente avaliadas pelos exames, nomeadamente as capacidades a desenvolver pelo trabalho de projecto. Em síntese, a conjugação destes dois factores (um programa relativamente extenso e o modelo de avaliação referido) traduz-se, como é mencionado no estudo citado, por uma grande dificuldade em diversificar as estratégias de acordo com as capacidades e os interesses dos alunos – que são um público cada vez mais diferenciado, em consequência do recente alargamento do ensino secundário a camadas de estudantes anteriormente excluídos deste nível de ensino; este alargamento trouxe

para o interior do secundário, com estes grupos de estudantes, algumas dinâmicas de exclusão que anteriormente se situavam no seu exterior e cada vez mais exigem a capacidade e possibilidade de uma efectiva diferenciação pedagógica.

Desde o ano de 1995/96, quando, pela primeira vez, se leccionou de forma generalizada o Programa de Sociologia, e se realizaram os referidos Exames Finais Nacionais, foram sendo identificados alguns problemas que conduziram ao lançamento de uma “revisão participada do currículo” que visa definir estratégias de resolução desses problemas, de acordo com a justificação apresentada nos documentos produzidos pelo Ministério da Educação.

No final de 1999 começou a ser divulgada uma proposta de revisão curricular para o Ensino Secundário que foi posta à discussão a diversos níveis e que assumiu a sua forma definitiva através do Decreto-Lei n.º 7/2001 de 18 de Janeiro. De acordo com esta revisão curricular a Sociologia mantém-se como disciplina de opção do 12º ano, a integrar os Cursos Gerais de ciências sócio económicas e ciências sociais e humanas, tendo sido aumentada a sua carga horária, na medida em que se mantêm as 3 aulas semanais, mas a duração destas passa para 90 minutos cada. Surge assim, a necessidade do reajustamento do Programa, atrás referido, tendo em conta esta nova carga horária e os princípios orientadores da revisão curricular.

III. A PROPOSTA DE PROGRAMA

Assim, tendo em atenção este enquadramento, na elaboração da proposta de programa foram tomados em consideração, entre outros, os seguintes aspectos: os objectivos da disciplina, os recursos disponíveis e a organização dos conteúdos.

1. Objectivos da disciplina

A proposta de programa da disciplina de Sociologia teve em atenção os contributos que a disciplina poderá dar para a formação pessoal, científica e técnica dos alunos e para promover a educação para a cidadania, ou seja, o seu papel formativo, na medida em que permite:

- conhecer e compreender as sociedades contemporâneas e os seus mecanismos de funcionamento, dado que a principal preocupação da análise sociológica é o estudo das relações sociais;
- contribuir para desenvolver nos alunos uma atitude crítica, fomentar o debate de ideias e a tomada de decisões.

Deste modo, não esquecendo que a disciplina de Sociologia constitui a iniciação a uma nova perspectiva do saber científico, considerou-se que estudar Sociologia no ensino secundário deve ter como grandes objectivos, sobretudo:

- iniciar, os alunos, na aprendizagem do pensar sociológico;
- treinar a problematização e a crítica da sociedade que nos rodeia;
- tomar consciência da necessidade de rigor científico;
- experimentar a aplicação da pedagogia de projecto a um ou dois casos específicos.

Esteve também presente, na definição destes grandes objectivos que se a frequência desta disciplina pode funcionar como uma via de acesso para o ensino superior, para muitos alunos, ela significa apenas a conclusão do ensino secundário sem qualquer peso na avaliação sumativa externa. Neste sentido, a ênfase que se deu ao carácter formativo da Sociologia e à sua ligação ao quotidiano dos alunos e às suas expectativas, bem como ao facto desta disciplina permitir pormos “de parte a nossa visão pessoal do mundo de modo a podermos olhar com mais cuidado as influências que dão forma às nossas vidas e às das outras pessoas” (A. Giddens).

2. Recursos

Pensar em recursos não significa apenas enumerar recursos materiais ou didácticos, mas também pensar nos recursos humanos, isto é, os professores que leccionam a disciplina de Sociologia.

As formações académicas desses professores são muito distintas, entre as quais, a licenciatura em sociologia constitui uma parcela muito reduzida. Isto porque se assistiu a um rápido e intenso processo de desvalorização da licenciatura em Sociologia como habilitação para a docência no 7º Grupo, iniciado em 1983/1984 e que culminou com a publicação do Despacho Normativo nº. 32/84 de 9 de Fevereiro.

Essa legislação, ao posicionar a licenciatura em Sociologia em 4º escalão de habilitação, teve como consequência a exclusão dos novos licenciados em Sociologia da docência no ensino secundário.

Deste modo, o quadro legal que define as habilitações dos professores que leccionam a disciplina de Sociologia tem consequências no seu perfil de formação inicial, o que pode colocar dificuldades na concretização de um programa que não faz parte do currículo de formação, principalmente, para professores que estão no início de carreira.

3. Organização dos conteúdos

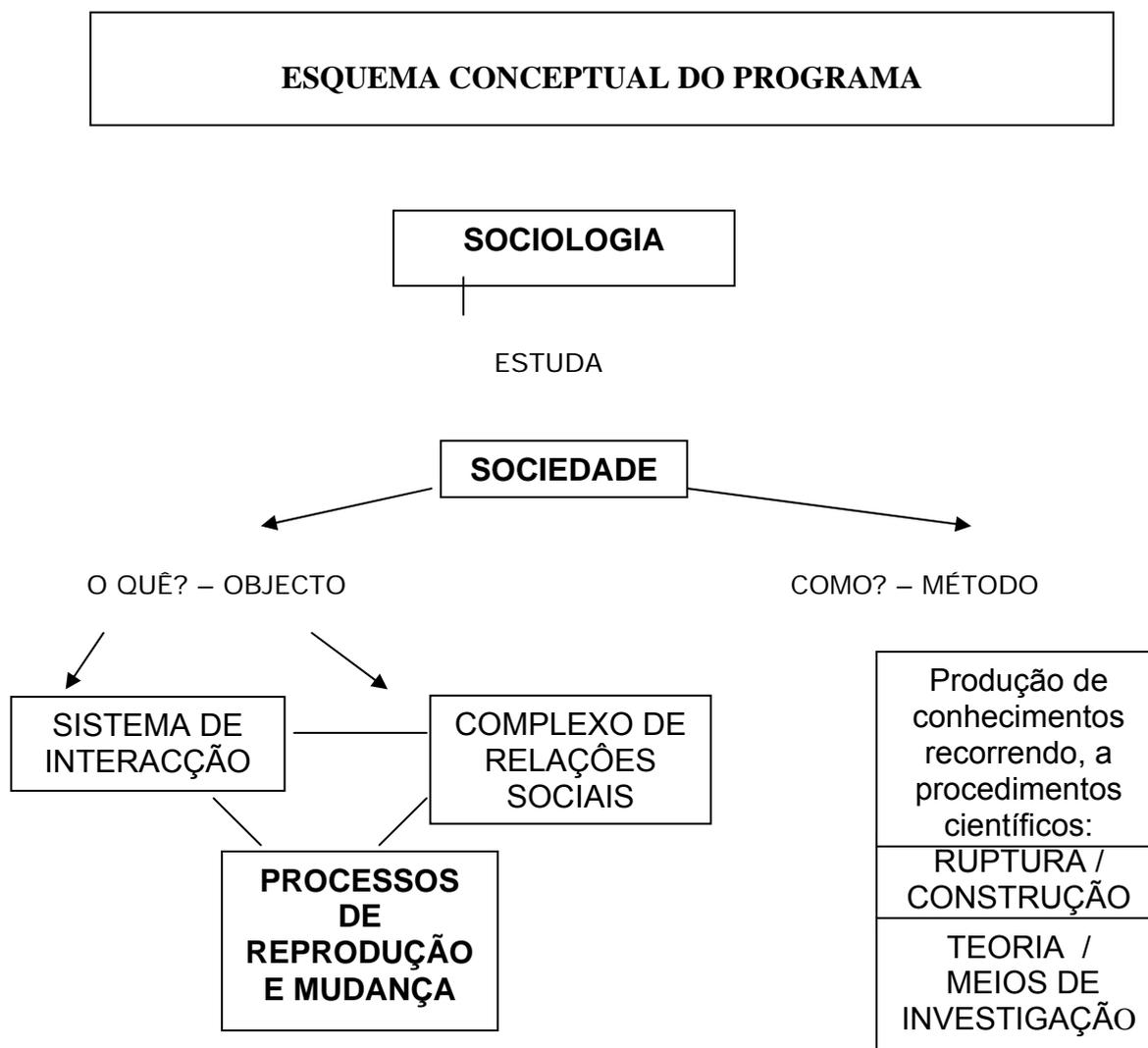
O actual programa de Sociologia é considerado "adequado"; contudo, a experiência de leccionação leva a que, muitos professores, o considerem demasiado extenso, não permitindo a realização de um trabalho prático.

Deste modo, a organização dos conteúdos da proposta de programa para a disciplina de Sociologia teve em conta a necessidade da sua exequibilidade, o que significa:

- conjugar "a essencialidade dos saberes" e a sua operacionalidade, o que pressupõe valorizar a concretização do trabalho experimental, desenvolvendo competências associadas à concepção e desenvolvimento de experiências concretas, ao trabalho interdisciplinar (metodologia do trabalho de projecto) e ao trabalho de grupo atrás referido.

Por outro lado, as alterações de conteúdo relativamente ao actual programa visaram, sobretudo, a necessidade da sua actualização face ao desenvolvimento científico.

Deste modo, a organização dos conteúdos, isto é, o esquema conceptual do programa foi construído da seguinte forma:



Este esquema conceptual de programa não se afasta muito daquele que vigora actualmente. Contudo, se analisarmos as estruturas sequenciais dos dois programas – actual e novo – podemos observar algumas diferenças.

PROGRAMA ACTUAL	PROPOSTA DE NOVO PROGRAMA
<p>I PARTE – INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA SOCIOLOGIA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. As Ciências Sociais no mundo contemporâneo 2. A Sociologia como Ciência Social 3. O Método da Sociologia. <p>IV PARTE – TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIOLÓGICA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Alguns problemas epistemológicos 2. Técnicas de pesquisa sociológica 3. Estudo de um caso prático 	<p>TEMA I – O QUE É A SOCIOLOGIA?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Sociologia e conhecimento da realidade social 2. Metodologia da investigação sociológica <p>(Trabalho prático pode ser realizado a partir do final do Tema I)</p>
<p>II PARTE – O FUNCIONAMENTO DAS SOCIEDADES</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os elementos primários da vida social 2. Cultura e Padrões de Cultura 3. A Socialização. <p>II PARTE – A REPRODUÇÃO SOCIAL E A MUDANÇA SOCIAL</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O papel da Socialização na Reprodução Social 2. As Instituições Sociais e a Reprodução Social 3. A Mudança Social. 	<p>TEMA II – SOCIEDADE E INDIVÍDUO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Socialização e cultura 2. Interacção social e papéis sociais 3. Instituições sociais e processos sociais.
	<p>TEMA III – PROCESSOS DE REPRODUÇÃO E MUDANÇA NAS SOCIEDADES ACTUAIS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Globalização 2. Família e escola 3. Desigualdades e identidades sociais

Comparando os dois programas constatamos que:

- a) os conteúdos foram ordenados de forma diferente, tendo-se agregado, na proposta de novo programa, todos os conteúdos associados à metodologia da investigação sociológica;
- b) os conceitos sociológicos fundamentais coincidem nos dois programas, contudo no novo programa, alguns deles não são tratados de forma tão exaustiva (por exemplo, instituições sociais, reprodução e mudança social), dado que serão, de novo, referidos no tema que se segue;
- c) a proposta de programa introduz um tema novo – Processos de reprodução e mudança nas sociedades actuais –, com o qual se pretende que os alunos:
 - conheçam e compreendam as sociedades contemporâneas e os seus principais mecanismos de funcionamento;
 - aprofundem conceitos básicos adquiridos nos pontos anteriores (por exemplo, instituições sociais, reprodução e mudança social) e apreendam outros conceitos associados às desigualdades sociais (por exemplo, classe social e mobilidade social);

Relativamente, ao trabalho prático, que está contemplado nos dois programas, tentou-se, na proposta de programa, que ele, para além do seu carácter obrigatório, fosse de facto concretizado, o que não acontece actualmente.

Nesse sentido, tentou-se que o programa fosse exequível e que, em simultâneo com a sua leccionação, se inicie a calendarização e organização do trabalho - “o professor, tendo em conta a

planificação e gestão do programa e as características dos alunos, combinará com estes a calendarização do trabalho”, o qual se poderá iniciar a partir do final da leccionação do Tema I.

Conclusão

Os conteúdos programáticos da disciplina de Sociologia foram seleccionados em articulação com as finalidades e com os objectivos definidos e tendo em atenção a viabilidade de ensino dos mesmos, o público a que se destinam e os meios e os recursos disponíveis.

Na escolha dos temas e nas propostas de os abordar prevaleceram a sua relevância científica, a sua actualidade e importância no funcionamento das sociedades contemporâneas e, particularmente, da sociedade portuguesa.

Por outro lado, com a realização de um pequeno trabalho de investigação pretende-se que os alunos se familiarizem com as metodologias indispensáveis à prática sociológica e, simultaneamente, construam e reconstruam os seus saberes com rigor. Com efeito, “a sociologia, como qualquer especialidade científica e profissional, só se apreende efectivamente praticando-a. É um pouco como andar de automóvel. Pode-se ouvir uma lição sobre condução, pode-se ler o Código da Estrada, mas não se aprende a guiar se não se praticar” (A. F. Costa).